

Índice Itaú de Bem-Estar Social

Resumo: *Construímos um indicador que leva em consideração, além das condições econômicas, as condições humanas e a distribuição de renda. Nem sempre o indicador de bem-estar social acompanhou a evolução do PIB e do consumo. Mas, em geral, houve um avanço importante da qualidade de vida nos últimos 20 anos no Brasil.*

I – Introdução¹

Há evidências de que as medidas tradicionais de desempenho econômico, como PIB e consumo, não necessariamente refletem a evolução do bem-estar da sociedade. O Brasil vem experimentando uma taxa de crescimento historicamente alta nos últimos anos. Mas será que o crescimento maior tem se traduzido em ganhos de qualidade de vida para a população?

Nesta nota apresentamos o Índice Itaú de Bem-Estar Social para responder a essa pergunta. O índice é um indicador quantitativo do bem-estar, aos moldes do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), porém mais amplo e melhor adaptado à realidade brasileira. Os resultados mostram que, em muitas ocasiões, a evolução do bem-estar não acompanhou a variação do PIB. Mas houve um avanço importante da qualidade de vida nos últimos 20 anos.

II – O conceito

Há muito os economistas trabalham com um conceito amplo de bem-estar sintetizado no que denominam de “utilidade do consumidor”. Mas, por simplificação, utilizam o nível de consumo como *proxy* dessa “utilidade”. Ou seja, medir a utilidade da pessoa significa também medir a quantidade de bens e serviços consumidos por ela ou ele. O argumento é de que o crescimento econômico acaba acarretando melhor distribuição de renda, melhora nas condições sanitárias, maior tempo de lazer (pela renda mais alta), menor índice de violência urbana, etc. No entanto, essa suposição parece não se sustentar. Há evidências de que medidas tradicionais de desempenho econômico não necessariamente acompanham o bem-estar da população.²

De fato, a literatura científica recente sugere que não há uma relação clara entre crescimento do produto per capita e aumento da felicidade ou do bem-estar medido por pesquisas de opinião (em que se pede que o entrevistado escolha, em uma lista, seu nível de satisfação ou felicidade). Os resultados mostram forte correlação entre renda e felicidade para pessoas de um mesmo país. Mostram, também, que países com renda per capita semelhante têm felicidade média parecida. Entretanto, não há consenso que o crescimento da renda per capita em um país leva ao aumento da felicidade. Ou seja, em um mesmo país pessoas mais ricas são mais felizes, e os habitantes de países mais ricos costumam ser mais felizes. Mas, ao longo do tempo, em um mesmo país, os dados não comprovam que pessoas que enriquecem ficam mais felizes.

¹ Agradecemos a Samuel Pessoa, sócio da Tendências Consultoria Integrada e pesquisador associado do Ibre-FGV pela colaboração na pesquisa e na elaboração desta nota.

² Ver “Will GDP Growth Increase Happiness in Developing Countries?”, by Andrew E. Clark and Claudia Senik, IZA Discussion Paper No. 5595, March 2011.

Três explicações foram sugeridas para a falta de (clara) associação positiva entre crescimento e felicidade ao longo do tempo. A primeira é que o processo de desenvolvimento pode afetar outras dimensões do bem-estar – elevação da desigualdade, da poluição, da jornada de trabalho, da criminalidade, etc. Se o crescimento vier acompanhado, por exemplo, de um aumento da poluição, pode não gerar ganho de bem-estar. A segunda explicação é que há um forte elemento de demonstração no crescimento econômico: o bem-estar de uma pessoa somente melhora se sua renda elevar-se em comparação com a renda média de seu grupo de referência. Ou seja, a felicidade depende da renda relativa (ou de seu consumo relativo), e não da renda (ou consumo) absoluta. A terceira supõe que haja adaptação das pessoas ao novo nível de renda. Sob essa hipótese o ganho de renda tem forte impacto imediato sobre o bem-estar da pessoa. No entanto, ao longo do tempo, há uma acomodação ao novo nível de renda e o ganho percebido de bem-estar se dilui.

A primeira explicação encontra respaldo empírico robusto. As outras duas também são verificadas, ainda que apenas parcialmente. A evidência revista por Clark e Senik (2011) sugere que, ao menos para os países em desenvolvimento, o efeito renda relativa (segunda explicação) existe, mas não é total. Sugere ainda que, mesmo no longo prazo, 40% do impacto inicial do ganho de renda no bem-estar não desaparecem.

A forte e consistente relação em dados de seção transversal sugere que, tudo mais constante – ou se um país atingir um nível de renda –, ele deve apresentar um grau de satisfação próximo aos demais países do mesmo nível de renda, a menos que suponhamos que os indivíduos de diferentes países sejam intrinsecamente diferentes. A hipótese padrão é a de que as pessoas, quando expostas ao mesmo conjunto de incentivos, comportam-se da mesma forma. Se essa hipótese for um bom ponto de partida, a primeira explicação (outros fatores afetando o bem-estar) deve mesmo ser o mais relevante para dificultar a observação de elevação da felicidade *pari passu* com a elevação da renda per capita.

Em particular, o fato de várias experiências de crescimento elevado virem acompanhadas de um aumento da desigualdade – por exemplo, o Brasil dos anos do milagre econômico e a China atualmente – indica que muitos episódios de crescimento não devem ensejar necessariamente crescimento da felicidade média. Não se nega a existência de um efeito comparação e de adaptação do indivíduo a níveis mais elevados de renda, somente que esses efeitos não eliminam integralmente o impacto do aumento de renda sobre a felicidade.

III – Estrutura do Índice Itaú de Bem-Estar Social

A escolha dos componentes do índice é complexa e exige bom senso. Muitas vezes a disponibilidade de dados acaba sendo uma restrição.

O indicador deve ser um bom medidor do avanço do bem-estar da população como um todo, e não de um grupo social específico ou de um morador de uma determinada cidade. Um exemplo é a poluição. Temos dados sobre a poluição de São Paulo e sabemos que melhorou durante a década passada e piorou nos últimos anos. Mas não temos as mesmas informações para o Brasil. Não seria correto penalizar o índice de bem-estar do brasileiro porque moradores de São Paulo (que representam cerca de 6% da população do país) tiveram uma piora na qualidade do ar que respiram (embora isso represente de fato uma piora de bem-estar).

Escolhemos estruturar o indicador com base em três pilares – ou subindicadores: condições econômicas, condições humanas e igualdade social. Cada subindicador é, por sua vez, composto por variáveis que o caracterizem. Observemos cada um deles.

Condições Econômicas

O subindicador de condições econômicas é subdividido em dois blocos: Consumo e Emprego.

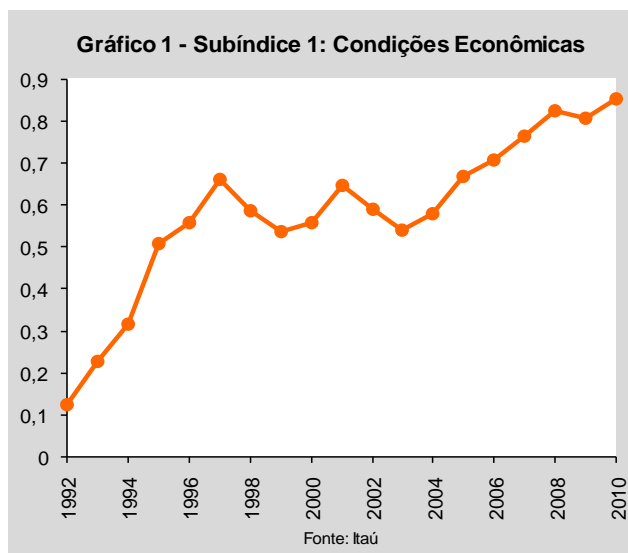
O bem-estar não pode ser medido apenas pelo consumo. Mas o aumento do poder de compra representa, sem dúvida, uma parcela importante da qualidade de vida de uma sociedade. Especialmente da brasileira, na qual a demanda reprimida ainda parece grande, apesar do avanço dos últimos anos.

Para caracterizar o consumo, usaremos uma *proxy* para as vendas no varejo (consultas ao Sistema de Proteção ao Crédito)³, as vendas de veículos e a inflação ao consumidor (para uma medida de corrosão do poder de compra).

Emprego também é fundamental para o bem-estar, não apenas pela renda auferida, mas pela segurança de poder pagar as contas no fim do mês. O nível de tensão da sociedade aumenta significativamente com o aumento do desemprego, mesmo de uma sociedade rica e com alto nível de consumo. Basta ver o que está acontecendo na Europa nos dias atuais.

Como indicadores do mercado de trabalho, usaremos a taxa de desemprego, a taxa de participação (percentual da população em idade ativa efetivamente empregada ou procurando emprego) e o rendimento médio real.

Coletamos dados anuais desde 1992 e normalizamos as séries para ficarem comparáveis (com valores que variem de 0 a 1). Em seguida, invertemos as séries nas quais quedas são fatos positivos: inflação e desemprego.⁴ Finalmente, agregamos em médias simples em dois estágios: primeiro, dentro de cada bloco e, depois, os dois blocos. Dessa forma, consumo e emprego têm, cada um, peso de 50% no subindicador.



O resultado está no Gráfico 1. Claramente, podemos dividir os últimos quase 20 anos em três períodos. De 1992 até 1997 houve um rápido e palpável crescimento especialmente do consumo, impulsionado pelo sucesso do Plano Real. De 1998 a 2002, períodos de constantes crises no Brasil e nos países emergentes, o indicador mostra uma leve tendência de queda, especialmente pela alta do desemprego. De 2003 em diante, o subindicador volta a avançar, de forma menos rápida do que no primeiro período, mas por tempo mais prolongado.

³ A série de vendas no varejo do IBGE começa apenas em 2011, o que prejudicaria a construção de uma série mais longa para o *Índice Itaú de Bem-Estar Social*.

⁴ Para normalizar as séries, usamos a mesma metodologia do IDH. Para variáveis sem tendência, como taxa de desemprego ou taxa de homicídios, cada observação normalizada no período t (ONt) é calculada como a variável original (Ot) menos o menor valor da série (MeV), dividido pelo maior valor (MaV) menos o menor valor da série. Assim, $ONt = (Ot - MeV) / (MaV - MeV)$. Para séries com tendência, como vendas de veículos ou massa salarial real, faz-se o mesmo procedimento com a série em Logaritmo Natural.

A inversão é feita operando $1 - (Ot)$. Desta forma, a variável que com valor "0" vira "1", "0,2" vira "0,8", e assim por diante.

Condições Humanas

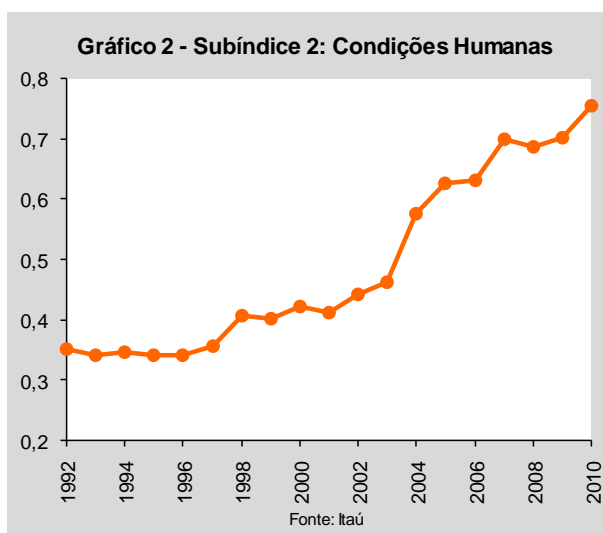
As condições humanas são divididas em três blocos: saúde e saneamento (S/S), educação e segurança.

Para um país como o Brasil, em que apenas metade da população possui acesso à rede de esgoto, o bloco de S/S talvez seja o mais importante de todo o índice. Usaremos cinco séries para caracterizá-lo: i) mortalidade infantil; ii) expectativa de vida; iii) casos de tuberculose reportados como proporção do total de casos de tuberculose estimados; iv) percentual da população com banheiro em casa; v) percentual da população com acesso à rede de esgoto.

A inclusão de um bloco para educação dispensa motivação. Especialmente no Brasil, onde anos adicionais de escolaridade trazem ganhos sensíveis de renda. Para caracterizar a educação usaremos dois indicadores complementares. O primeiro mede anos de escolaridade médios da população. E o segundo é um indicador que construímos para identificar como esses anos de escolaridades estão distribuídos. Esse indicador terá um valor baixo quando houver concentração de brasileiros em torno de certo número de anos de escolaridade, e alto se a população for bem distribuída entre as diferentes quantidades de anos de estudo. Um exemplo: se a escolaridade média foi de cinco anos de estudo, mas resultar de quase toda a população com cinco anos, ou de metade da população com um ano e outra metade com dez, o indicador apontará um valor baixo. Mas se tivermos alguns brasileiros com um ano, outros com dois anos, e assim por diante, até dez anos, o indicador apontará um valor elevado.

A medida de desigualdade educacional foi construída com metodologia semelhante à do índice de desigualdade de renda de Gini.

Finalmente, o nível de segurança pública constitui outra grande preocupação da sociedade. Usamos uma única variável neste bloco: a taxa anual de homicídios em território nacional.



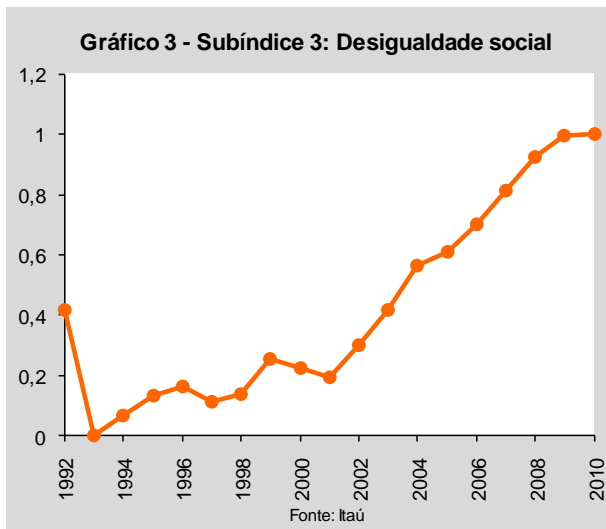
Fizemos nas séries históricas o mesmo tratamento feito nas séries do subíndice de condições econômicas. O resultado está no Gráfico 2. Entre 1997 e 2003, o indicador avança a taxas moderadas. Nesse período, os importantes ganhos identificados em educação e S/S são parcialmente compensados por uma piora na segurança. A partir de 2003, os ganhos em educação e S/S continuam (embora a taxas marginalmente menores), e a taxa de homicídios passa a recuar. Dessa forma, o indicador avança em ritmo mais elevado.

Por fim, vale notar a estagnação dos últimos dois anos. Nesse período, a segurança voltou a piorar, cancelando os ganhos nos outros dois blocos.

Desigualdade Social

Optamos por criar um subíndice apenas para desigualdade social, o que na prática significa aumentar sua importância no *Índice Itaú de Bem-Estar Social*.

Ao contrário dos outros dois subindicadores anteriores, a desigualdade social não necessariamente é uma característica que melhore diretamente o bem-estar individual. O ganho de bem-estar pode vir indiretamente, através da vida cotidiana em uma sociedade mais equânime. Nos dias de hoje, em que é elevada a preocupação com a sustentabilidade do crescimento e da melhora de vida, o aspecto da desigualdade social nos parece particularmente importante.

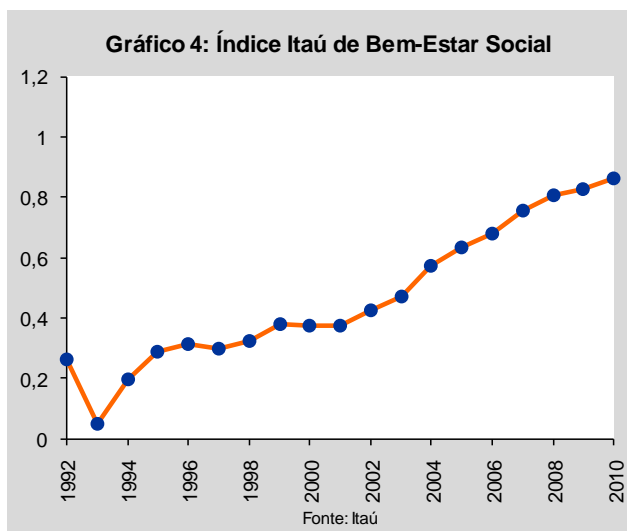


Para medir a desigualdade, lançamos mão de dois indicadores usuais: o índice de Gini e o índice de Theil. E agregamos como nos casos anteriores.

O resultado está no Gráfico 3. Com exceção de 1993, quando ainda havia hiperinflação, a redução da desigualdade social no Brasil é praticamente uma constante, particularmente a partir de 2003.

IV – Os resultados

O *Índice de Bem-Estar Itaú Unibanco* é a média geométrica dos três subindicadores descritos acima. O resultado está no Gráfico 4.



A reforma monetária de 1994 produziu não apenas uma reversão abrupta da piora de bem-estar que vinha se observando no Brasil até aquele ano, como impulsionou rapidamente o índice para cima nos anos seguintes. Os anos de 1994 a 1996 registraram a maior elevação marginal de bem-estar no período analisado.

Segue-se uma fase de estagnação, entre 1997 e 2001, marcada pelas crises de balanço de pagamentos em países emergentes, inclusive o Brasil. A melhora das condições humanas (exceto segurança) e da desigualdade (a taxas

baixas) foi compensada pela piora nas condições econômicas.

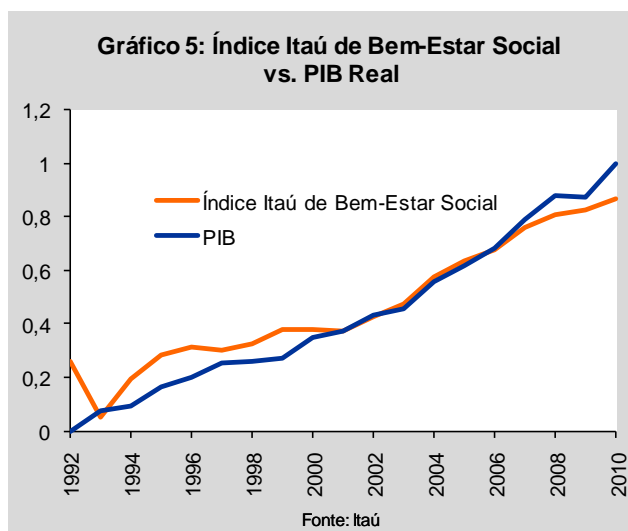
Entre 1997 e 2001, o brasileiro experimentou melhora de bem-estar apenas em 1999, ano em que foi registrada uma queda nos indicadores de desigualdade social.

A partir de 2002, no entanto, o bem-estar volta a melhorar, com avanços sistemáticos nos três subindicadores. Não houve grandes impulsos como o observado em 1994/5, mas se observou variações positivas ininterruptas.

De 2008 em diante, o bem-estar seguiu melhorando, mas a taxas um pouco mais lentas. A desaceleração está ligada à crise financeira global, de um lado, e a um aumento na taxa de homicídios no período, de outro. Os avanços em educação e S/S também foram mais lentos entre 2008 e 2010.

De forma geral, o *Índice Itaú de Bem-Estar Social* mostra que houve um avanço importante da qualidade de vida nos últimos 20 anos no Brasil.

V - Índice Itaú de Bem-Estar Social vs. PIB



Como o indicador se compara com o PIB? Fizemos a mesma normalização das séries do *Índice Itaú de Bem-Estar Social* na série de PIB real a preços de mercado. A comparação entre as duas séries está no Gráfico 5.

O crescimento moderado e relativamente estável do PIB entre 1992 e 1997 não foi capaz de revelar a perda de bem-estar anterior ao Plano Real e o salto posterior.

Entre 1999 e 2001, o PIB também mostrou avanço, enquanto o bem-estar ficou praticamente estagnado.

Após 2002 ambos crescem em ritmos parecidos, mas a partir de 2008 a evolução do PIB superestima o ganho de bem-estar.

Em suma, a comparação entre o *Índice Itaú de Bem-Estar Social* e o PIB nos revela que o indicador de bem-estar fornece informações adicionais que ajudam a entender melhor a evolução da sociedade brasileira.

VI - Índice Itaú de Bem-Estar Social vs. IDH

A estrutura do *Índice Itaú de Bem-Estar Social* segue o padrão do IDH. Mas em que medida o *Índice* avança com relação ao IDH?

O IDH foi criado em 1990 e abrangia três aspectos: longevidade, educação e renda. Para caracterizar cada aspecto, usava-se, respectivamente, expectativa de vida ao nascer, taxa de alfabetização e escolarização e renda per capita. Mais recentemente (a partir de 2009), o índice de educação passou a incorporar também os anos médios e esperados de escolaridade.

Em 2011 a ONU lançou o IDH-D ajustado pela desigualdade. Para obtê-lo, desconta-se cada um dos três aspectos, de acordo com seu nível de desigualdade medido pelo índice de Atkinson⁵.

Acreditamos que o *Índice Itaú de Bem-Estar Social* apresenta avanços em relação ao IDH ou ao IDH-D. Em primeiro lugar, caracterizamos melhor e em maiores detalhes os aspectos econômicos (são notórias as limitações da renda per capita). Em segundo, incorporamos outros

⁵ Para obter as séries dos índices de IDH e sua respectiva metodologia veja em <http://hdr.undp.org/en/>

aspectos relevantes para a economia brasileira, como saneamento básico e violência urbana. E, finalmente, damos um peso maior à desigualdade social, outro quesito particularmente relevante para o Brasil.

Ou seja, entendemos que o *Índice de Itaú de Bem-Estar Social* é mais completo e mais bem desenhado para as características da economia brasileira do que o IDH.

VII – Desafio à frente

Por falta de dados, um aspecto importante para a qualidade de vida da sociedade ficou fora de nossa análise: a saturação do ambiente físico.

A “saturação” do ambiente físico tem diversos aspectos. Pode ser congestionamento de vias públicas nos grandes centros – que tem reflexos em aspectos fundamentais da vida das pessoas, como o tempo perdido no ônibus ou no carro para chegar ao trabalho.

Outra faceta da “saturação” diz respeito à ecologia, meio ambiente. Variáveis como qualidade do ar, poluição e desmatamento poderiam ser consideradas.

Tentar incorporar esse aspecto nas próximas edições do *Índice Itaú de Bem-Estar Social* é um desafio à frente.

Caio Megale
Economista

Apêndice: Descrição das séries

Condições Econômicas:

Consultas ao Sistema de Proteção ao Crédito (SPC). **Fonte: ACSP**

Vendas anuais de veículos (em unidades). **Fonte: ANFAVEA**

Variação anual do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA). **Fonte: IBGE**

Condições Humanas:

Expectativa de vida ao nascer. **Fonte: IBGE**

Mortalidade infantil (em cada 1000 nascimentos). **Fonte: IBGE**

Casos de Tuberculose reportados como proporção do total estimado. **Fonte: Banco Mundial**

Percentual da População que tem banheiro ou sanitário no domicílio ou na propriedade. **Fonte PNAD IBGE.**

Anos médios de escolaridade. **Fonte: Barro and Lee (2010)**

Indicador de desigualdade de escolaridade (ver descrição no texto)

Taxa de Homicídio (em 100 mil). **Fonte: Ministério da Saúde e Instituto Sangari**

Desigualdade social:

Índice de desigualdade de Gini. **Fonte: Ipeadata**

Índice de desigualdade de Theil. **Fonte: Ipeadata**

Pesquisa macroeconômica no Itaú

Ilan Goldfajn – Economista-Chefe

Artur Passos
Adriano Lopes
Aurelio Bicalho
Caio Megale
Elson Teles
Felipe Salles

Fernando Barbosa
Gabriela Fernandes
Giovanna Siniscalchi
Guilherme da Nóbrega
Guilherme Martins
Ítalo Franca

Luiz G. Cherman
Luka Barbosa
João Pedro Bumachar
Juan Carlos Barboza
Maurício Oreg
Natasha Daher
Roberto Prado

Para acessar nossas publicações e projeções visite nosso site:

<http://www.itaubba.com.br/itaubba-pt/pesquisa-economica/analises-economicas/>

Informação relevante

As informações contidas neste relatório foram produzidas pelo Itaú Unibanco Holding, dentro das condições atuais de mercado e conjuntura econômica, com base em informações e dados obtidos de fontes públicas. Tais informações não constituem, tampouco devem ser interpretadas como sendo uma oferta ou solicitação de compra ou venda de um instrumento financeiro, ou de participação em uma determinada estratégia de negócios em qualquer jurisdição. Todas as recomendações e estimativas aqui apresentadas derivam de nosso julgamento e podem ser alteradas a qualquer momento sem aviso prévio. O Itaú Unibanco Holding não se responsabiliza por quaisquer decisões de investimento tomadas com base nos dados aqui divulgados.

Este relatório foi preparado e publicado pelo Departamento de Pesquisa Econômica do Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA"). Este relatório não é um produto do Departamento de Análise de Ações do Itaú BBA e não deve ser considerado um relatório de análise para os fins do artigo 1º da Instrução CVM n.º 483, de 6 de Julho de 2010. Este material é para uso exclusivo de seus receptores e seu conteúdo não pode ser reproduzido, redistribuído publicado ou copiado de qualquer forma, integral ou parcialmente, sem a expressa autorização prévia do Itaú Unibanco Holding.